

O ENSINO MILITAR EM QUESTÃO

Getúlio Neves Sena¹

Ana de Fátima Pereira de Sousa Abranches²

RESUMO

O presente estudo busca analisar o processo de formação militar, os quais são regulados por normas próprias. Nesse sentido foi utilizada a Análise de Conteúdo para examinar as publicações que versam sobre a formação dos militares estaduais no Brasil, bem como as legislações que amparam o Curso de Formação de Oficiais dos militares no Estado de Pernambuco. Percebemos que as instituições de ensino militar vêm modificando seus aparatos normativos, buscando a reformulação da educação militar e aproximando o militar estadual da sociedade. Entretanto, as academias militares, tradicionalmente, seguiram os moldes da doutrina militar belicista que prepara os “soldados” para a guerra e defesa nacional. Dessa forma, sempre se prezou pelo estabelecimento de relações de poder, realizando-se o disciplinamento dos alunos a padrões estabelecidos, desenvolvendo relações pedagógicas pautadas na reprodução, em detrimento de uma formação dialógica que vise formar profissionais críticos e reflexivos. Diante do exposto, verifica-se que as modificações nas normas de funcionamento das academias militares não são capazes de produzir os resultados esperados para uma reformulação da educação militar.

Palavras-chave: Formação; Militar; Tradições.

¹ Capitão do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. Mestrando em Educação Culturas e Identidades pelo PPGECI da UFRPE/FUNDAJ. Email:sena.getulio10@gmail.com

² Analista em Ciência e Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades da UFRPE/FUNDAJ
Email:ana.abranches@fundaj.gov.br

MILITARY EDUCATION IN QUESTION

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of military training, which are governed by their own rules. In this sense the content analysis was used to examine the publications that deal with the training of the state military in Brazil, as well as the laws that support the Officers Training Course of the military in the state of Pernambuco. We realize that the military teaching institutions are modifying their regulatory apparatuses, seeking reformulation of military education and approaching the military state of society. However, the military academies traditionally followed the mold of warmongering military doctrine that prepares the "soldiers" for war and national defense. Thus, always prized the establishment of power relations, performing the disciplining of students to established standards, developing pedagogical relationships guided by the reproduction at the expense of a dialogic training aimed at training critical and reflective professionals. Given the above, it appears that the changes in the functioning of the military academies standards are not able to produce the expected results for a reformulation of military education.

Keywords: Training; Military; Traditions.

Artigo recebido em 30/09/16 e Aceito em 15/10/16.

Artigo apresentado no XXIII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste, Teresina – 2016.

1 INTRODUÇÃO

As Corporações Militares estaduais são constituídas como forças auxiliares e reserva do Exército brasileiro, sendo, portanto, organizadas com base na doutrina militarista que tem como prerrogativas a hierarquia e a disciplina. Com isso, formou-se uma cultura organizacional de caráter belicista e com características de defesa da nação contra o “inimigo” externo no seio das Corporações responsáveis pela proteção da sociedade. Nesse sentido, historicamente as polícias e os corpos de bombeiros foram vistas como instituições que representam os interesses estatais e que possuem como característica marcante o seu poder punitivo.

Tal visão passa a ser combatida com a promulgação da Constituição Federal de 1988, não obstante a manutenção da forma organizacional das Corporações Militares. No início do século XXI, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, elabora a *Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública* (BRASIL, 2003), com o objetivo de padronizar os conhecimentos mínimos necessários para a formação em segurança pública. Já em 2005, tal documento é revisado, incorporando-se ao mesmo as *Diretrizes Pedagógicas para as atividades formativas dos profissionais da área de segurança pública e a Malha Curricular Nacional para tais atividades*.

Com isso, verifica-se o surgimento de um período de reforma do ensino desenvolvido nas instituições militares, adotando-se princípios mais humanos, com o objetivo de instituir uma nova cultura organizacional no ambiente militar.

Tendo como escopo o estudo de como se processaram ou se processam tais modificações, face as peculiaridades que envolvem o ensino militar, entendemos ser necessário traçar um panorama das instituições de ensino onde são desenvolvidos os Cursos de Formação militar, uma vez que

apresentam uma formatação diferente das Universidades e Faculdades do mundo civil e, por isso, as relações que se processam em tal ambiente ocorrem de forma particular. Nesse sentido, buscaremos descrever as organizações militares de ensino de modo geral e, especificamente, a rotina estabelecida na Academia Integrada de Defesa Social durante a realização do Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar (CFO/BM).

Para dar conta do proposto nesse estudo, partiu-se do levantamento das publicações existentes acerca da formação militar estadual, abarcando um total de 14 teses/dissertações e 11 artigos publicados em periódicos. Com isso, através da análise do conteúdo (BARDIN, 1995), verificou-se uma confluência nos dados obtidos, onde a maioria das pesquisas analisadas aponta a existência de reconfigurações/adaptações da realidade proposta para a educação militar nos documentos oficiais para dos cursos de tal natureza – currículos dos cursos, matriz curricular nacional, propostas pedagógicas, etc., o que demonstra que a política de formação deve estar alinhada a uma mudança de atitudes frente à realidade, sob pena de não se atingir os objetivos esperados para cada situação.

2 A CASERNA: CARACTERÍSTICAS GERAIS

De acordo com Goffman (2015), uma das principais características das instituições totais é a quebra de barreiras entre as instâncias da vida humana referentes ao trabalho, descanso e diversão. Assim, tais instâncias, numa instituição total, não são separadas e ocorrem em um mesmo lugar, com o mesmo grupo de pessoas e sob a supervisão de um pequeno grupo cuja função se resume ao controle dos “internos”.

Ainda alicerçado nos conceitos do mesmo autor (GOFFMAN, 2015) em instituições totais é nítida a divisão da comunidade formadora de tal instituição em dois grupos diferentes, de um lado o grupo dos internados e do outro a

pequena equipe de supervisão. Estes não estão totalmente integrados na instituição total, possuindo contatos frequentes com o mundo exterior, enquanto aqueles se submetem a contatos restritos com o ambiente fora da instituição total. Nesse sentido, vale ressaltar que

cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. (GOFFMAN, 2015, p. 19)

Frente a tal situação, percebe-se a primeira das grandes dificuldades do ensino militar. Uma vez que grande parte dos cursos de formação são realizados em regime de internato ou semi-internato, entende-se que são preenchidos os requisitos para a caracterização das academias militares como instituições totais. Assim, tal dificuldade passa a ocorrer porque num ambiente em que predomina a desconfiança e hostilidade entre a comunidade não se pode desenvolver uma atmosfera favorável à existência de boas relações de ensino-aprendizagem.

Pelas características elencadas anteriormente, ao ingressar em uma instituição total, o aluno ingressante passa por um processo de mortificação do seu eu (GOFFMAN, 2015), onde tal procedimento tem como finalidade fazer com que os internos se adequem e adquiram as características necessárias ao seu papel, cooperando com o sistema de regras imposto pela instituição total.

No caso das instituições de ensino militar, as imposições e regras de conduta estabelecidas se revestem de uma nova roupagem. Os internos são impelidos a mortificarem o seu eu para representar uma nova função fora dos muros da instituição total. Com isso, devem assumir novos papéis sociais ao serem reintegrados à sociedade como um todo, agora como membros da força estatal. Portanto, trata-se de uma re-personificação capaz de investir os novos militares numa nova categoria, pois, conforme descreve Faria (2014, p. 36), o indivíduo enquanto profissional de segurança pública é invisibilizado, “só se tornando visível quando o seu comportamento se torna publicamente

desviante, distanciando-se assim do perfil que se espera do mesmo, como um agente da segurança pública”.

Com isso, percebe-se que “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”. (FOCAULT, 1999, p. 119)

Todo esse emaranhado de relações nos faz atentar para os processos de ensino-aprendizagem presentes na instituição militar. Tomando por base as afirmações feitas nos parágrafos anteriores, podemos inferir que nas instituições totais como um todo e, especificamente, numa instituição militar de ensino, o viés das relações de poder se apresentam de maneira bastante atuante. Assim, a estrutura de funcionamento de tal instituição contribui para a institucionalização dos currículos com enfoque disciplinar, uma vez que Santomé (Apud LOPES, 2008, p. 44) afirma que

o currículo disciplinar não valoriza os interesses dos alunos, seus conhecimentos e experiências prévias e seu meio sociocultural; não aborda questões práticas, bem como as questões mais vitais do ponto de vista social. Consequentemente, o currículo disciplinar inibe relações pessoais entre alunos e professores, desvaloriza capacidades intelectuais – acarretando problemas de aprendizagem – desestimula a crítica e a curiosidade, além de sustentar uma organização do trabalho pedagógico inflexível e uma tecnificação do trabalho docente.

Não obstante toda a problemática explicitada acima, Faria (2014, p. 35), alicerçado em Bayley (2006), comenta que pretende demonstrar o protagonismo dos agentes de segurança pública dentro de suas corporações, observando-os como “parte integrante do interesse da vida pública na sociedade, tendo uma interferência contributiva aguda na preservação do direito coletivo e da ordem pública (social)”.

Assim, as relações desenvolvidas dentro da instituição total em pauta tendem a ser reconfiguradas com as demandas que surgem dos agrupamentos constituintes de tal instituição. Por isso, entendemos ser de grande valia o estudo tanto da sistemática de formulação da política formativa para os profissionais militares estaduais, quanto à análise do movimento de

recontextualização de tais políticas na prática cotidiana de docentes e discentes militares.

3 OS CURSOS DE FORMAÇÃO MILITAR: A PRÁTICA COTIDIANA

Visando entender as relações que se processam nas academias militares espalhadas nos Estados brasileiros, passamos a descrever algumas características em comum desse processo formativo, enfatizando que, por tratarmos de instituições militares, a base de tais cursos está nos princípios da hierarquia e disciplina, uma vez que estes são o cerne das corporações militares. Diante disso, chama-se a atenção para a colocação de Foucault (1999, p. 143) quando o mesmo afirma que “a disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Dessa forma, fica claro que o cerne da formação militar está em uma “produção” de novos indivíduos que desempenharão um papel social a favor das instituições as quais eles representam, portanto, eis a justificativa para o processo de mortificação ao qual os alunos são submetidos.

No Estado de São Paulo, Cerqueira (2006, p. 13) analisa a formação dos Oficiais na academia militar do Barro Branco. “Aos alunos oficiais são ensinados, por meio das aulas voltadas para as disciplinas militares, os conceitos de hierarquia e de submissão às regras estabelecidas pelo ordenamento jurídico”. Nesse sentido, ainda de acordo com Cerqueira (2006), as relações desenvolvidas no seio dessa academia militar encontram-se eivadas do autoritarismo e das relações de poder, fato que vai de encontro com as funções de proteção social que os militares estaduais devem desenvolver no seu dia a dia de trabalho.

Portanto, dentro das práticas pedagógicas realizadas, percebe-se que

o cadete é, em geral, sobrecarregado por um ensino que privilegia a mera transmissão de conhecimentos que são decorados sem questionamento, assim como a execução de exercícios repetitivos,

impostos por uma extrema disciplina que apela para castigos. Essa prática escolar pautada em uma disciplina rígida não garante, portanto, a transmissão da cultura, isto é, das grandes descobertas da humanidade, não forma adequadamente o raciocínio ou treina a mente para formar uma pessoa capaz de criar e inovar interagindo com a comunidade e seus subordinados. (CERQUEIRA, 2006, p. 41-42)

Em outra vertente do ensino militar, Ludwig (1998, p.22) defende a tese de que este mesmo ensino militar “agrega um conjunto de atividades capaz de solidificar no cadete a ideologia dominante”. Com isso, ratifica-se a ideia de que todo o processo de formação dos militares estaduais responde a uma necessidade estatal de possuir um aparelho organizado que garanta a ordem social estabelecida.

Para Cruz (2013, p. 49) “as polícias militares brasileiras adotaram mais do que apenas o modelo militar de organização profissional, mas também seus conhecimentos, técnicas, hábitos, valores e ritos”, isso dificulta a adoção de um novo modelo para a formação desses profissionais, pois vai de encontro a tradições e paradigmas estabelecidos desde a concepção da instituição.

Diante de tal situação, na formação militar estadual é nítida a existência do conceito de “contra-curriculo”, desenvolvida por Albuquerque e Paes-Machado (2001, p. 7) no qual os autores o caracterizam como um processo de “resistências institucionais acionadas dentro das academias de polícia contra a reforma do ensino policial”.

No Estado de Pernambuco, tivemos acesso ao Regimento Interno da academia de formação dos Oficiais, bem como ao manual do aluno organizado e fornecido aos discentes no momento de seu ingresso no Curso de Formação de Oficiais no ano de 2007. Nesse manual, que corresponde a uma compilação do Regimento Interno da unidade de ensino, além de servir como uma espécie de livro de conduta do Aluno Oficial são apresentadas diversas orientações acerca da rotina diária da Academia Militar, dos direitos e deveres dos alunos, do comportamento “adequado” nas diversas situações cotidianas, etc.

Com base em tal documento, podemos perceber o controle das atividades dos alunos a partir das várias proibições aos mesmos, como as proibições a andar com as mãos nos bolsos, deitar nas camas com os pés calçados, criticar fatos relacionados com a disciplina e o ensino, permutar sua carteira escolar sem autorização do instrutor/professor, entre outros.

De acordo com Brunetta (2015, p. 131) “a compreensão do processo formativo dos policiais permite revelar a permanência do poder coercitivo nas relações, porém reconfigurado de modo a tornar imanente e latente a violência que o compõe”. Tal afirmação corrobora com o disposto por França e Gomes (2015, p. 146) quando afirma que “na maioria dos cursos, a pedagogia militarista nas PMs atrela-se a uma forma de profissionalizar seus alunos voltada para o sofrimento físico e psíquico, como mote orientador da construção de uma vontade bélica de proteger a sociedade, de acordo com a crença policial”.

Aliado ao caráter militarista, outras formas de sistematização da identidade policial militar são desenvolvidas durante o processo de socialização na corporação, como o descrito por França e Gomes (2015, p. 148)

há outras formas de acesso às instâncias de dominação. Os ritos ajudam a orientar a formação nos diversos cursos no sentido de se conquistarem os valores já citados (masculinidade, por exemplo) somados a outros como o orgulho, o brio, a coragem, o vigor, a disposição para a atuação nas ruas.

Diante do descrito, deparamo-nos com a “crise de identidade” (MUNIZ, 2001) das corporações militares estaduais, especificamente as polícias que

têm procurado aprender de novo a “fazer polícia”. Elas têm tentado “voltar a ser polícia de verdade” com todas dificuldades que resultam de uma frágil tradição em questões propriamente policiais. De fato, este tem sido um dever de casa difícil, tardio, porém, indispensável. A retomada de sua identidade policial, isto é, a reconstrução do seu lugar e de sua forma de estar no mundo tem se dado dentro de um processo inevitável de revisão de seus valores institucionais, dos

seus fantasmas, enfim, de seu passado paradoxal . (MUNIZ, 2001, p. 185)

Com isso, faz-se necessário um movimento de reavaliação do ser militar estadual diante de uma sociedade em constante movimento e que clama por uma segurança pública que respeite os seus direitos, realizando a sua verdadeira função social.

4 ENTRE O PRESCRITO E O VIVIDO: REFLEXÕES POSSÍVEIS

É ponto pacífico a necessidade de reformulação da atuação dos profissionais de segurança pública na sociedade, afastando-se do modelo tradicional burocrático militarista e adotando-se uma postura crítica e reflexiva diante de suas ações na sociedade. A população não mais admite o profissional que se apresenta de forma truculenta e ferindo os direitos de cada cidadão.

Nesse sentido, a SENASP propõe uma política nacional que tenha como foco o desenvolvimento de tal reformulação, promovendo-se um movimento que se denomina de “nova educação militar” (CRUZ, 2013). Com isso, os cursos de formação profissional devem estar investidos de um novo caráter e devem expor uma nova ótica para a formação em segurança pública, onde se abandone um modelo eminentemente reprodutor e que jamais conteste as ordens recebidas e se adote um modelo formador de profissionais conscientes de seu papel como garantidores da ordem pública e da defesa social.

Não obstante, mesmo com a certeza de que a mudança é necessária, tais modificações no seio dos cursos de formação de militares estaduais vem sofrendo resistências no âmbito das academias militares, como pôde ser observado pelos exemplos apresentados na seção anterior. Assim, questionamo-nos sobre os motivos de tais resistências, uma vez que mesmo dentro da própria corporação muitos setores já apresentam essa necessidade,

como descreveu Muniz (2001, p. 180) “as insatisfações dessa nova geração de policiais militares, sobretudo no que concerne à formação educacional recebida, são um dos aspectos mais visíveis da crise de identidade vivida pelas Polícias Militares brasileiras”; assim como as possibilidades de implementação da política de modificação da educação militar diante de um cenário, por vezes, hostil.

Acreditamos que a participação popular em uma política pública deve estar presente desde o momento de sua concepção, passando pelo planejamento, elaboração e execução da mesma. Só assim se tem uma política legitimada por seus usuários e que terá um processo de execução mais “suave”, uma vez que é fruto da interação e das demandas dos diversos agrupamentos sociais que serão destinatários da política, mesmo que necessite quebrar alguns paradigmas durante a sua implementação. Portanto, acreditamos que o processo de elaboração da política nacional de formação em segurança pública desenvolvido pela SENASP seria melhor aceito pela comunidade militar se tivesse sido acompanhado, durante a fase de planejamento e construção da política pública, de um amplo debate junto às corporações militares estaduais, analisando e discutindo os impactos de sua implementação num ambiente dotado de antigas e quase “sagradas” tradições. Entendemos que a falta desse debate ou a restrição do mesmo a pequenos núcleos dirigentes de tais corporações ocasionou todo o movimento de resistência encontrado nos dias atuais e exemplificado anteriormente nesse estudo.

Encontramos na prática cotidiana das academias militares uma profunda recontextualização da política formativa nacional para os profissionais de segurança pública, contextualizada na Matriz Curricular Nacional, deslocando os conteúdos especificados para serem trabalhados, por meio da Malha Curricular Nacional, e tornando-os marginais em relação às práticas consideradas essenciais ao fazer policial. Dessa forma, percebemos que a

atuação docente corresponde a um lócus privilegiado de adesão ou transformação das políticas públicas.

A partir daí, encontramos uma pista de como reverter a situação atual e conseguir fazer com que a política elaborada seja reeditada de modo a se promover o equilíbrio entre os anseios sociais, os paradigmas estabelecidos pelas corporações militares e as crenças dos próprios militares diante de sua formação e de sua atuação profissional. É com a simbiose entre a prática pedagógica dos docentes e a política enquanto letra da lei que as políticas públicas para a área educacional ganha vida.

Com isso, defendemos a ideia de que o primeiro passo para a política de formação dos profissionais de segurança pública se tornar efetiva é o seu atrelamento à prática profissional dos docentes das academias militares, adaptando-a à realidade cotidiana vivida nas salas de aula e chegando-se a um denominador comum. Tal ideia corrobora o defendido por Pereira (2013) em sua dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco quando o autor defende que os requisitos necessários para a atuação docente na Academia Militar do Estado de Pernambuco merecem ser analisados e, possivelmente, revistos, uma vez que os docentes representam um dos elementos centrais no processo de formação e que faz-se necessário abandonar o caráter burocrático militarista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo em pauta foram apresentadas algumas nuances do ensino e dos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos nas academias militares estaduais do Brasil, especificamente para a formação dos policiais e bombeiros militares brasileiros. Nesse sentido, ficou evidente que tais corporações, em sua constituição, adotaram a organização militar não só como forma de

escalonamento de funções, mas como “estética organizacional”. Portanto, mesmo possuindo missões institucionais distintas, as polícias e bombeiros militares do Brasil herdaram grande parte das tradições de nossas Forças Armadas, preponderantemente aquelas tradições advindas do Exército Brasileiro, instituição a qual os órgãos militares de segurança pública encontram-se subordinados, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

Não obstante, diversos estudos foram desenvolvidos e tiveram como resultado a crítica a esse modelo de organização das corporações militares estaduais, sobretudo por concluir que suas incumbências não se coadunam com uma organização militar. Nesse sentido, como forma de reorganizar o processo de formação desses profissionais, sem, contudo, modificar o seu caráter militar, a SENASP edita a política nacional para a formação em segurança pública, fazendo com que a mesma seja adotada em todos os Estados da federação.

Com isso, apesar de ter sido implementada, a análise dos estudos sobre a formação militar nos Estados brasileiros nos permite concluir que tal política vem sofrendo resistências sistemáticas e acabam por desconstruir a política em tela de modo que a mesma se transforme em “letra morta”, numa medida que foi elaborada mas que está totalmente dissociada da realidade profissional dos militares estaduais.

A nosso ver, esse problema ocorre pela forma de elaboração da política, não conseguindo obter a legitimidade da mesma daqueles que serão os maiores afetados pela implementação da “nova educação militar”.

Nesse sentido, como descrito por Pereira (2013) é a partir do estudo da profissionalidade docente, através dos requisitos necessários para a atuação nas academias militares que se inicia o processo de legitimação de tal política.

É através de uma hibridização entre a política enquanto formulação escrita e a prática cotidiana dos profissionais estudados nesse artigo que se pode chegar a um processo formativo que corresponda às necessidades reais de

docentes, discentes e profissionais que atuam no dia a dia das ruas em atividades de policiamento e defesa social.

Face o exposto, acreditamos que somente com a associação da teoria à prática pode-se chegar a um resultado efetivo nas políticas públicas. Desta feita, a atuação docente deve ser levada em consideração como um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento de políticas formativas eficazes, uma vez que o docente poderá atuar como apoiador, recontextualizador ou mesmo antagonista da política oficial proposta, fazendo parte de um currículo oculto ou mesmo um contra-curriculo em sua atividade como professor.

Por isso, uma proposta de formação docente para a atuação na formação dos profissionais de segurança pública deve ser tomada como objetivo básico e elemento primordial pelos governos estaduais que se preocupam com a formação militar. Somente com uma formação continuada e uma atualização contínua dos docentes pode-se chegar a um status de “segurança pública com cidadania”, como propõe o slogan da SENASP.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. L. e MACHADO, E. P. O Currículo da Selva: Ensino, Militarismo e Ethos Guerreiro nas Academias Brasileiras de Polícia. **Capítulo Criminológico**. vol. 29. no 4, dez, 2001, p. 05-33.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. **Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2003

BRUNETTA, Antônio Alberto. Não formal e informal no ensino policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 9, n. 2, 130-140, Ago/Set 2015.

Revista FLAMMAE

Revista Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco

Seção 1 – Artigos Técnico Científicos

Artigo publicado no Vol.02 Nº05 - Edição Especial 2016 - ISSN 2359-4829

Versão on-line disponível em: <http://www.revistaflammae.com>

CERQUEIRA, Homero de Giorge. **A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.** 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Educação-currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/11/TDE-2006-08-10T06:18:42Z-2452/Publico/HOMERO%20DE%20GIORGE%20CERQUEIRA.pdf. Acesso em: 18mar15.

CRUZ, Lara Abreu. **Curriculo e contra-curriculo: uma análise da formação profissional dos soldados do ronda do quarteirão.** 2013, 155 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/lara_abreu_cruz.pdf. Acesso em: 20ago15.

FARIA, Cristiano José Galvão. **A transformação do indivíduo em quase Estado: um estudo etnográfico no curso de formação de soldados da Polícia Militar de Pernambuco.** 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 20 ed. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANÇA, Fábio Gomes; GOMES, Janaina Letícia de Farias. "Se não aguentar, corra!": Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo v. 9, n. 2, 142-159, Ago/Set 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2015.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. **Políticas de integração curricular.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

MUNIZ, J. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileira: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review.** USA, v.01. 2001. p. 177-198.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti. **Da instrução militar ao ensino policial: profissionalidade docente** requerida para atuar como formador na Academia

Revista FLAMMAE

Revista Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco

Seção 1 – Artigos Técnico Científicos

Artigo publicado no Vol.02 Nº05 - Edição Especial 2016 - ISSN 2359-4829

Versão on-line disponível em: <http://www.revistaflammae.com>

Integrada de Defesa Social. 2013, 141 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.